



Número: **0847896-28.2020.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **27/09/2020**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RAMON BRITO DE SOUZA (AUTOR)		PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM (ADVOGADO)	
MAPFRE (REU)			
ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
34794169	27/09/2020 17:45	Petição Inicial	Petição Inicial
34794170	27/09/2020 17:45	1 - Petição inicial - RAMON BRITO DE SOUZA	Documento de Comprovação
34794171	27/09/2020 17:45	2 - Procuração	Procuração
34794172	27/09/2020 17:45	3 - Identificação	Documento de Identificação
34794173	27/09/2020 17:45	4 - Comprovante de residência	Outros Documentos
34794175	27/09/2020 17:45	5 - Documentos médicos	Documento de Comprovação
34794177	27/09/2020 17:45	6 - Boletim de ocorrência	Documento de Comprovação
34794178	27/09/2020 17:45	7 - Resultado administrativo	Documento de Comprovação
35061916	02/10/2020 18:34	Despacho	Despacho
35752512	21/10/2020 15:29	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
35997430	28/10/2020 07:24	Mandado	Mandado
35997438	28/10/2020 07:32	Mandado	Mandado
36037788	28/10/2020 17:16	Diligência	Diligência
36038231	28/10/2020 17:16	mafpe 96-28	Devolução de Mandado
36158735	03/11/2020 07:10	Diligência	Diligência
36158736	03/11/2020 07:10	Ramon Brito de Souza	Devolução de Mandado

Em anexo.



AO JUÍZO DE DIREITO DA _ VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA – PB.

RAMON BRITO DE SOUZA, brasileiro, casado, vigilante, portador do RG nº 5462739 SSP/PE e inscrito no CPF nº 036.518.174-90, residente e domiciliado na Rua Marcia Travassos, nº 178, Casa, Jardim Camboinha, Cabedelo/PB, CEP 58103-718, por seu advogado *in fine* subscrito, com endereço profissional situado à Rua Professor Manoel Coutinho, nº 391, Bairro dos Estados, João Pessoa/PB, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, Súmula 540 STJ bem como art. 319 CPC, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO
SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**

em desfavor da **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0082-01, com endereço na Av. Presidente Epitácio Pessoa, 723, Bairro dos Estados, João Pessoa – PB, CEP 58030-000, o que faz pelos fundamentos fáticos e jurídicos abaixo articulados.

I – PRELIMINARMENTE | DA JUSTIÇA GRATUITA

Conforme explanado no artigo 98 CPC, o Autor pleiteia os benefícios da assistência judiciária gratuita, em razão de sua enorme hipossuficiência econômica que não lhe permite, atualmente, pagar custas do processo e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

II - DAS PUBLICAÇÕES E COMUNICAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS

Requer, desde já, a parte Autora que todas as publicações e comunicações dos atos processuais sejam realizadas em nome do advogado **PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM – OAB/PB 27.856**, cujo endereço eletrônico para qualquer comunicação é paulorolimadv@gmail.com e endereço profissional situado à Rua Professor Manoel Coutinho, nº 391, Bairro dos Estados, João Pessoa-PB. CEP: 58030-222, sob pena de nulidade em caso de descumprimento, nos termos do **art.**



272, § 5º, do CPC/2015.

III – DA LEGITIMIDADE PASSIVA

Não obstante a criação da Seguradora Líder, qualquer seguradora participante do Consórcio DPVAT é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda.

Nesse sentido, a Suprema Corte no recurso extraordinário, sustentou entendimento acerca dos artigos 1º, inciso III, e 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 4.350/DF e 4.627/DF, ambas relatadas pelo Ministro Luiz Fux, e o Recurso Extraordinário com Agravo nº 704.520/SP, relator o ministro Gilmar Mendes, **com repercussão geral reconhecida, concluiu pela constitucionalidade das alterações promovidas na legislação do seguro DPVAT pelas Leis nºs 11.482/07 e 11.945/09.**

Ocorrendo o sinistro na vigência da Lei nº 11.482/2007, o valor da indenização deve ser no máximo de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), aplicando-se as Resoluções do CNSP e da SUSEP, **para adequar a indenização ao percentual da invalidez suportada.**

Dessa forma, a correção monetária deve ocorrer a partir do evento danoso e os juros de mora devem incidir desde a citação, conforme estabelece o artigo 405 do Código Civil e a Súmula nº 43 do STJ.

Igualmente, o posicionamento do STJ na súmula 540, expõe que: **"Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu".**

Por isso, a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, é cristalina, acerca da matéria:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL. IRRESIGNAÇÃO DA SEGURADORA/PROMOVIDA. PRELIMINARES DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. Verificando-se que a ação foi ajuizada antes do marco (03.09.2014) estabelecido, pelo STF, na modulação de efeitos do paradigma (RE 631.240) a partir do qual se exigiu o prévio



requerimento administrativo para fins de demonstração do interesse de agir; e observando-se, ainda, que a seguradora/promovida apresentou contestação e seguiu defendendo, durante os trâmites processuais, a inexistência de direito da parte ao recebimento da indenização securitária pleiteada na exordial, configurada está a resistência à pretensão autoral, o que evidencia o interesse de agir da parte. De acordo com posicionamento assente na jurisprudência pátria, qualquer das seguradoras consorciadas do seguro DPVAT tem legitimidade para figurar no polo passivo de ação que tenha por objeto o pagamento do referido seguro, podendo o autor optar pelo manejo contra qualquer delas, sem se exigir a inclusão da seguradora líder. MÉRITO. AUTOR VÍTIMA DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. LAUDO PERICIAL QUE ATESTOU DEBILIDADE PERMANENTE PARCIAL (30%) NA MÃO ESQUERDA. NEXO CAUSAL PRESENTE. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DEVIDA. MONTANTE INDENIZATÓRIO QUE DEVE SER FIXADO EM VALOR PROPORCIONAL AO GRAU DE DEBILIDADE, COM APLICAÇÃO, PARA FINS DE QU. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00002107920078150271, - Não possui -, Relator DESA. MARIA DE FÁTIMA MORAES BEZERRA CAVALCANTI, j. em 18-06-2019).

IV– DOS FATOS

No dia 20/12/2019, por volta das 20h50min, o promovente foi vítima de acidente automobilístico, na ocasião em que colidiu num traseunte que atravessou a pista em sua frente na faixa de pedestres, sendo, por conseqüente arremessado ao solo, o incidente ocorreu durante o percurso pela Rua Rosa Lima dos Santos, Bairro Bancários, João Pessoa/PB, enquanto trazitava conduzindo uma motocicleta HONDA START, cor preta, ano 2018, placa QSC-1449/PB, chassi 9C2KC2500JR143307.

Em virtude do ocorrido, foi resgatado pelo SAMU e encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena. No seu atendimento médico foi constatado que o promovente apresentava **FRATURA DA CLAVÍCULA ESQUERDA (CID: 10 S43. 1)** tendo que se submeter a procedimento cirúrgico.

Cumprе ressaltar, que durante o procedimento cirúrgico supra mencionado, o médico aplicou 1 FIO DE KIRSCHNER, o que lhe implicou sequelas permanentes, dentre as quais: **DEFORMIDADE NO MEMBRO, PERDA DE FORÇA, REDUÇÃO DA MOBILIDADE, DORES CONSTANTES, INCHAÇO, DORMÊNCIA**, conforme laudos médicos acostado aos autos.

O Promovente, em decorrência do acidente de trânsito sofrido, de posse da documentação



exigida em Lei, procurou uma das seguradoras conveniadas à Comprev, **SINISTRO/PROTOCOLO Nº 3200143807**, para receber a indenização pelo acidente de trânsito ocorrido, **tendo recebido o restrito valor de R\$ 1.687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, valor este muito aquém da gravidade das lesões permanentes e do estabelecido em Lei.

Sendo assim, não restou alternativa ao Promovente senão pleitear a justa indenização a ele devida, no que tange ao seguro obrigatório DPVAT, em razão da invalidez permanente, ocasionada pelo grave acidente de que foi acometido, em observância à disposição contida no inciso II, do artigo 3º, da Lei nº 6.194/74 alterado pela Lei nº 11.482/2007.

V – DO DIREITO

A cobertura do seguro obrigatório – DPVAT – abrange os casos de indenização por morte ou por invalidez permanente e de reembolso de despesas médico-hospitalares, objetivando proporcionar a todas as vítimas de acidentes automobilísticos indenizações pelos danos sofridos.

Para o recebimento do seguro DPVAT, nos termos do art. 5º da Lei 6.194/74, com as alterações dadas pela Lei 8.441/92, basta que se comprove o acidente e o dano dele decorrente.

No caso em deslinde, observa-se a presença dos dois requisitos mencionados em lei. Primeiramente, a parte promovente foi vítima de acidente de trânsito, sendo surpreendido com o incidente danoso.

Ademais, e para assegurar que lhe é devido justa indenização, o acidente resultou em invalidez permanente, como bem demonstrado por laudos médicos em anexo.

Por assim ser, o Promovente preencheu todos os requisitos do art. 5º da Lei 6.194/74, quais sejam: **PROVA DO ACIDENTE DE TRÂNSITO E O DANO ORIUNDO DELE.**

Sobre isso, a jurisprudência dominante:

AGRAVO INTERNO. MONOCRÁTICA NA QUAL NEGOU- SE SEGUIMENTO À APELAÇÃO CÍVEL MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. DESPROVIMENTO. **Para pagamento da indenização referente ao seguro DPVAT, exige a Lei 6.194 de 19 de novembro de 1974, em seu artigo 5.º, a simples prova do acidente e do dano dele decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.



(TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº00025857920128150141,3ª Câmara Especializada Cível, Relatora DESA. MARIA DAS GRAÇAS MORAIS GUEDES, j. em 27-10-2015)

APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA SEGURO DPVAT. COMPROVAÇÃO DO ACIDENTE DE TRÂNSITO DEMONSTRADA. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. **Para o pagamento da indenização securitária DPVAT é necessária a comprovação do acidente de trânsito e do dano decorrente, conforme o art. 5.º, caput, da Lei 6.194/74.** O autor juntou cópia do boletim de ocorrência e de prontuário médico de urgência, pelo que é afastada a hipótese de impossibilidade jurídica do pedido, pois suficientemente instruída a inicial. A correção monetária incide a partir da data do evento danoso. Os juros de mora deverão incidir a partir da citação. (TJ-MG - AC: 10325130001424001 MG, Relator: Amorim Siqueira, Data de Julgamento: 30/07/2014, Câmaras Cíveis / 9ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 06/08/2014)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - COMPROVAÇÃO DO ACIDENTE E DO DANO DECORRENTE - EFETUADA - LAUDO PERICIAL PARTICULAR - PROVA NÃO IMPUGNADA - INVALIDEZ PERMANENTE - DANO CORPORAL PARCIAL - SINISTRO OCORRIDO DEPOIS DA ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI Nº. 11.482/2007 E PELA LEI 11.945/09-QUANTUM PROPORCIONAL. **Nos termos do artigo 5º da Lei nº 6.194/74, para que a vítima faça jus ao recebimento de indenização por invalidez referente ao seguro obrigatório, basta a comprovação da prova do acidente e do dano decorrente, ônus do qual se desincumbiu o autor.** Nos termos do art. 333, II do CPC, compete ao réu provar a existência de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. O julgador não está adstrito ao laudo pericial, entretanto, é este o meio de suprir a carência de conhecimentos técnicos para a apuração dos fatos, mormente quando a elucidação do fato depender de conhecimento técnico. (TJ-MG - AC: 10647140033257001 MG, Relator: Edison Feital Leite, Data de Julgamento: 28/05/2015, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 09/06/2015)

Entretanto, vejamos o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*: Súmula 474 - A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Desse modo, é vislumbrada a clareza do legislador, ao estabelecer, em seu “art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer



franquia de responsabilidade do segurado.”

Acompanhando os ensinamentos das Cortes Superiores, vejamos jurisprudência do TJPB:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - **ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - SEQUELA - DANO DEFINITIVO PARCIAL INCOMPLETO** -MÃO ESQUERDA - GRADUAÇÃO MÉDIA DA INCAPACIDADE PERMANENTE 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) - **OBSERVÂNCIA DA TABELA ANEXO DA LEI Nº 6.194/1974** - QUANTUM ESTIPULADO NA SENTENÇA - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - ART. 932, IV, A DO CPC/15 - DESPROVIMENTO DA APELAÇÃO. - A Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça respalda que: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez." (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00011104420148150521, - Não possui -, Relator DESA. MARIA DE FÁTIMA MORAES BEZERRA CAVALCANTI, j. em 20-09-2019)

Desta forma, **por tratar-se de invalidez reconhecida por parte da seguradora COMPREV, é inadmissível o valor ofertado por parte da ré, que em total discrepância com o valor estabelecido pela tabela anexo da Lei nº 6.194/1974**, indenizando o autor com quantia demasiadamente inferior.

Sendo assim, o promovente não encontrou outra saída, senão buscar a tutela do Poder Judiciário, com embasamento jurídico previsto na Constituição Federal, bem como na Lei 6.194/74.

VI – DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Pelo exposto, requer a **TOTAL PROCEDÊNCIA DA AÇÃO**, nos seguintes termos:

- a) A citação da empresa seguradora, na pessoa do seu representante legal, a fim de que, querendo, apresente sua defesa, no tempo devido, sob pena de revelia, vide arts. 239 e 344 ambos do CPC;
- b) A **concessão do benefício da assistência judiciária gratuita**, tendo em vista que o Autora não apresenta, atualmente, condições financeiras suficientes para arcar com as custas processuais sem comprometer o seu sustento e da sua família, nos termos do art. 98, da Lei13.015/15;
- c) Que todas as publicações e comunicações dos atos processuais sejam realizadas em nome do advogado **PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM – OAB/PB 27.856**, cujo endereço eletrônico é **paulorolimadv@gmail.com** e endereço profissional na Rua



Professor Manoel Coutinho, nº 391, João Pessoa-PB. CEP: 58030-222, sob pena de nulidade em caso de descumprimento, nos termos do **art. 272, § 5º, do CPC/2015**;

d) Que submeta a parte autora à perícia médica, a fim de aquilatar o seu estado de saúde, facultando apresentação de quesitos, tal como autorizado pelo art. 12 da Lei 10.259/2001;

e) Requer a dispensa da audiência de conciliação, conforme o art. 334, §4º, I, **§5º, do Código de Processo Civil, já que a matéria necessita da realização de perícia médica**;

f) A **condenação da Ré ao pagamento da indenização, no valor de R\$ 11.812,50** (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), acrescidos de juros e correção monetária;

g) A condenação da Ré ao **recolhimento de custas e pagamento dos honorários advocatícios**, à base de 20% sobre o total apurado quando da liquidação do julgado, ou critério deste douto Juízo;

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito, em especial prova testemunhal, pericial, documental, bem como outras que se fizerem pertinentes.

Dando-se à causa o valor de R\$11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

Nesses termos,

pede deferimento.

João Pessoa, 27 de setembro de 2020.

PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM
OAB/PB 27.856



PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE: Eu, Ramon Brito de Souza, Portador do RG: 5.462.439 e CPF: 036.518.174-90, Residente no endereço: Rua Maria Tereza, 178 Casa, JD Com-Brasília, Cabedelo, PB, CEP: 58103-718.

OUTORGADO: **PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/PB sob nº 27.856, cujo endereço eletrônico para qualquer comunicação é paulorolim1@outlook.com e com endereço profissional situado à Rua Professor Manoel Coutinho, nº 391, Bairro dos Estados, João Pessoa/PB, CEP 58015-590.

PODERES: o outorgante nomeia e constitui o outorgado seu bastante procurador amplos poderes para o foro em geral, nos termos do art. 105 do NCPC, com a cláusula "ad judicium et extra", para representá-lo em repartições públicas federais, estaduais, autarquias e especialmente perante requerer junto à qualquer seguradora integrante do Consórcio **Seguro DPVAT**, o pagamento do sinistro, que vitimou em acidente de trânsito do cliente acima mencionado, conforme registrado pelo B.O. anexo ao processo.

Desta forma tratando de assuntos de seu interesse, assinando requerimentos e outros papéis, requerer indenizações, desistência, obter vistas em procedimento administrativo, conferindo-lhes ainda poderes para, em qualquer juízo, Instância ou tribunal, propor ação revisional e/ou inicial, seguindo-a até o final, utilizando-se dos recursos legais e acompanhando-os, sendo expressamente autorizados a confessar, prestar depoimento pessoal, desistir, renunciar aos valores excedentes a 60 salários mínimos em razão do procedimento especial (art. da lei 10.259/2010), transigir, firmar compromissos e acordos, receber intimações, citações administrativas ou judiciais, agindo tudo em conjunto ou separadamente, autorizado o substabelecimento total ou parcial a outrem. Bem como, representar o(a) outorgante como se o(a) próprio(a) fosse, podendo requerer, **assinar recibos, assinar Declarações de endereço, assinar Autorização de Pagamento/Crédito de Indenização de Sinistro DPVAT, para o pagamento de quitação da Indenização de Sinistro DPVAT, bem como outras indenizações que se fizerem pertinentes**, enfim requerer e assinar todos os papéis e documentos que forem precisos e praticar todos os demais atos necessários para o mais amplo e fiel cumprimento do presente mandato.

DECLARAÇÃO: O(a) (s) outorgante(s) **DECLARA(M)**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tem condições de arcar as despesas inerentes à presente ação, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, necessitando, portanto, da gratuidade judiciária, indicando como seus advogados os outorgados acima nomeados, nos termos do § 4º do artigo 5º, da Lei 1.060/50 e art. 98 do NCPC.

João Pessoa, 16 de Julho de 2020.

Ramon Brito de Souza
Outorgante



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

DETRAN - PB
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

Nº 015456000737
PRT 20190000447924-9

VIA 1 COD. RENAVAM 0116673287-5 R.N.T.R.C. 00/00000000 EXERCÍCIO 2019

NOME
RAMON BRITO DE SOUZA

CPF / CNPJ 03651817490 PLACA QSC1449/PB

PLACA ANT. / UF NOVO PB CHASSI 9C2KC2500JR143307

ESPÉCIE TIPO PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC COMBUSTÍVEL GASOLINA

MARCA / MODELO HONDA/CG 160 START ANO FAB. 2018 ANO MOD. 2018

CAP. POT. / CIL. 2 P/162 /CI CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE PRETA

COTA ÚNICA 00/00/0000 VENC. COTA ÚNICA 1º VENC. / COTAS 2º 3º

FAIXA LPVA 0 PARCELAMENTO / COTAS

PRÊMIO TAFIÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO
***** SEGURO P A G O 23/09/2019

OBSERVAÇÕES
A.F. BANCO HONDA S.A.

ABEDEL-PE LOCAL 0 DATA 01/10/2019

9999999 37141

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DETRAN - PB

NOME
RAMON BRITO DE SOUZA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
5462739 SSP PE

CPF 036.518.174-90 DATA NASCIMENTO 24/09/1980

FILIAÇÃO
EDNALDO LEOCADIO DE SOUZA
MARIA EUNICE DE BRITO

PERMISSÃO ACC CAT. HAS AD

Nº REGISTRO 03798928938 VALIDADE 05/12/2022 1ª HABILITAÇÃO 10/03/2006

OBSERVAÇÕES
A :
RAR :

Assinatura do Portador
JOAO PESSOA, PB DATA EMISSÃO 22/12/2017

Assinatura do Emissor
19724056575
PB035837489

PARAÍBA

CAIXA
POUPANÇA

4392 6718 2232 3990

RAMON BRITO DE SOUZA
0039 013 00028627-8 10/24

VISA
Electron

Valid only in Brazil / Válido apenas no Brasil





RAMON BRITO DE SOUZA
R MARCIA TRAVASSOS 178
CASA - JD CAMBOINHA
58103-718 CABEDELO - PB

PC 00

Postagem: 08/03/2020
Vencimento: 18/03/2020
Emissão: 08/03/2020
Fechamento próxima fatura: 08/04/2020

080320

Titular **RAMON BRITO DE SOUZA**
Cartão **6062.XXXX.XXXX.4286**

Resumo da fatura em R\$

Total da fatura anterior	871,05
Pagamento efetuado em 13/02/2020	- 871,05
Saldo financiado	0,00
Lançamentos atuais	563,93
Total desta fatura	563,93

Atenção: em caso de pagamento inferior ao valor total, o consumidor deve arcar com as taxas e encargos apontados nesta fatura, incidentes sobre a diferença entre o valor total e o valor pago.

Pra que esperar a fatura impressa chegar em casa? Mude já para a Fatura Digital. Ligue: 3003-3030. É rapidinho!

vencimento

18/03/2020

A) pagamento total

563,93

B) pagamento mínimo

84,59

C) parcelas fixas

67,07
+23x 67,07





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIREÇÃO TÉCNICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE RAMON BRITO DE SOUZA
DADOS DE NASCIMENTO 24/09/80
NOME DA MÃE MARIA EUNICE DE BRITO

DADOS EXTRAÍDOS DO PRONTUÁRIO

BOLETIM DE ENTRADA N.º 1.211.882
Nº PRONTUÁRIO 120.036
DATA DO ATENDIMENTO 20/12/19
HORA DO ATENDIMENTO 21:45
MOTIVO DO ATENDIMENTO ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S) FRATURA DA CLAVICULAR E
CID 10 S 43.1

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste hospital vítima de acidente de motocicleta (colisão moto x pedestre), apresentando queixas de dor + edema em clavícula E, com deformidade local. Glasgow 15. Avaliado pela equipe da médica da urgência/emergência.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX do ombro E - AP e Oblíquo
RX do tórax - AP

TRATAMENTO:

Fratura da clavícula E aos RX. Realizado intenamento e tratamento cirúrgico pelo Dr. Breno Torres e Dr. Lauri Farias da equipe da Ortopedia.

ALTA HOSPITALAR: 28/12/19
DATA DE EMISSÃO: 12/03/20

DR. EWERTON NORONHA TEIXEIRA
MÉDICO
CRM - 2516

Dr. Ewerton Noronha Teixeira
CRM: 2516/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO. OBS: O profissional que assina este laudo não participou do atendimento médico.



20/12/2019

- TiMed



**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Senador Humberto Lucena



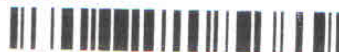
**GOVERNO
DA PARAÍBA**



**SEGUE
o trabalho**

AV. ORESTES LISBOA, sn - PEDRO GONDIM - CNES: 123312 - Tel.: 8332165700

Boletim de Atendimento: 1211882



Identificação do paciente

ID 1468624	Nome RAMON BRITO DE SOUZA	Sexo Masculino
Data de nascimento 24/09/1980	Idade 39 anos 2 meses 26 dias	Estado civil
Mãe MARIA EUNICE DE BRITO	Religião	Prontuário
Escolaridade	Pai EDNALDO LEOCADIO DE SOUZA	
DDD Celular 83	Responsável (Parentesco) O MESMO	
Celular 999014018	DDD	Telefone
Tipo documento RG (IDENTIDADE)	Número documento 5462739	Nº Cns
Local de procedência CABEDELO	Tipo MUNICIPIO	UF PB
Email	Naturalidade CABEDELO	CBO/R

Endereço

CEP 58310000	Município de residência CABEDELO	UF PB	Logradouro MARCIA TAVARES
Número 178	Complemento	Bairro JARDIM CAMBOINHA	

Admissão

Data e Hora 20/12/2019 21:45:15	Número da pulseira 100007884886	Convênio SUS
Especialidade CIRURGIA GERAL	Clinica	
Classificação de risco	Origem do paciente RUA	
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente MOTO X PEDESTRE

Indicadores e Transporte

Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não
Meio de transporte SAMU	Quem transportou		

Sinais Vitais

X	mmHg	Pulso	Temperatura
---	------	-------	-------------

Exames complementares

Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []	Liquor []	ECG []	Ultrasonografia []
Dados clínicos						
<p>Paciente vítima road. moto acidentado e euca, muitos exames.</p> <p>Atendente de Emergência Enfermeira COREN 222807</p>						
Diagnóstico						CID
Atendido por JOSE MARCIO BATISTA DA SILVA						Tempo 42seg

Imprimir



Endereço: , , ,
Tel:
CNES:

Boletim de Atendimento: 41297



Identificação do paciente

ID 72873	Nome RAMON BRITO DE SOUZA			Sexo Masculino
Data de nascimento 24/09/1980	Idade 39 anos 2 meses 28 dias	Estado civil	Religião	Prontuário
Mãe MARIA EUNICE DE BRITO	Pai			
Escolaridade	Responsável (Parentesco)			
DDD Celular 83	Celular 99014018	Telefone		
Tipo documento CPF	Número documento 03651817490	DDD		
Local de procedência	Nº Cns 898001927489158			
Email	Naturalidade CABEDELO	Tipo	UF	
		CBO/R		

Endereço

CEP 58103718	Município de residência CABEDELO	UF PB	Logradouro MARCIA TRAVASSOS
Número 178	Complemento	Bairro JARDIM CAMBOINHA	

Admissão

Data e Hora 22/12/2019 17:59:11	Número da pulseira 42057	Convênio SUS
Especialidade CLÍNICA MÉDICA	Clínica	
Classificação de risco	Origem do paciente AMBULANCIA EXTERNA (GSE/SAMU)	
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente

Indicadores e Transporte

Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não
Meio de transporte	Quem transportou		

Sinais Vitais

PA X mmHg	Pulso	Temperatura
---------------------	-------	-------------

Exames complementares

Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []	Liquor []	ECG []	Ultrasonografia []
Dados clínicos						
Diagnóstico						
Atendido por PATRICIA FERNANDA SPINELI						CID
						Tempo 03min 20seg

Imprimir



BOLETIM DE INTERNAÇÃO

Data de impressão:
22/12/2019 18:37:30

Nome: **RAMON BRITO DE SOUZA**

Prontuário: **21072** Atendimento: **41297**

Nome: **RAMON BRITO DE SOUZA**

Documento: **03651817490**

Sexo: **Masculino**

Raça / Cor: **SEM INFORMACAO**

Data Internação: **22/12/2019**

Data de nascimento: **24/09/1980**

Idade: **39 Ano(s)**

18:37:28

Unidade de internação: **URPA**

Leito: **LEITO URPA 02**

Logradouro: **MARCIA TRAVASSOS**

Número: **178**

Complemento:

Bairro: **JARDIM CAMBOINHA**

Cidade: **CABEDELO**

Estado: **PB**

CEP: **58103718**

Mãe: **MARIA EUNICE DE BRITO**

Telefone: **()**

Celular: **(83) 99014018**

Convênio: **SUS**

Plano de saúde:

Guia:

Nº Cns: **898001927489158**

Tratamento: **408010207201912**

Médico: **RAFAEL DE SOUZA ANDRADE** CPF: **01306668409**

CRM: **7398**

Especialidade: **CIRÚRGICO** Funcionário responsável pela internação: **PATRICIA FERNANDA SPINELI**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

O abaixo assinado, responsável pelo paciente da plena autorização ao Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires, que assistem, para levarem a cabo o tratamento de sua enfermidade e realizarem as investigações que julgarem necessárias ao diagnóstico de seu mal, bem como se submeter a todas as disposições gerais contidas no regulamento da instituição.


Assinatura do Paciente ou Responsável

5462739
Número de Identidade

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Certifico que RAMON BRITO DE SOUZA deixou a Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires, contra o parecer dos médicos desta instituição que o assistiram, assumindo inteira responsabilidade por tal atitude.

Assinatura do Paciente ou Responsável

Número de Identidade

Dados da alta

Diagnóstico Definitivo:

Procédimento da Alta:

Dados clínicos:

Motivo de Alta:

Declaração de Óbito:

Data de Alta:

Assinatura do Médico





**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**

Senador Humberto Lucena



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SEGUE
o trabalho**

Endereço: RUA ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090
Tel: 32165700 - CNES: 2593262

Paciente RAMON BRITO DE SOUZA	BAE 1211882	Data/Hora Entrada 20/12/2019 21:45:15	Data Baixa
Data de nascimento 24/09/1980	Idade 39a 2m 27d	Sexo Masculino	Telefone de Contato (83) 999014018
Mãe MARIA EUNICE DE BRITO		CNS	Prontuário
Endereço MARCIA TAVARES, 178	Bairro JARDIM CAMBOINHA	Município CABEDELO	UF PB
Acidente MOTO X PEDESTRE	Motivo ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Profissional ISABELA MARIA CANDIDA FERREIRA DORNELAS	Nº Cons. Regional 10620/PB
Data/Hora Classificação 20/12/2019 21:45:15		Data/Hora Prescrição 20/12/2019 22:06:55	

ANAMNESE

PACIENTE COM HISTÓRIA DE COLISÃO MOTO PEDESTRE, COM QUEIXA DE DOR EM CLAVÍCULA ESQUERDA. NEGA TCE. TRAUMA TORÁCICO OU ABDOMINAL AO EXAME EXPANSIBILIDADE TORÁCICA PRESERVADA. DEFORMIDADE EM CLAVÍCULA ESQUERDA. BDOMES FLÁCIDO, INDOLOR CD: ANALGESIA + RX TORAX E CLAVÍCULA + PARECER DA ORTO

EDICAÇÃO

CETOROLACO DE TROMETAMINA 30MG/ML (AMPOLA 1ML), ADMINISTRAR 1,0 ML VIA E.V., AGORA
SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% - (AMPOLA 10ML), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., AGORA

Diluir

DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML), DILUIR 2,0 ML

EXAME DE IMAGEM

RADIOGRAFIA DE TORAX (PA E PERFIL)
RADIOGRAFIA DE CLAVÍCULA ESQUERDA

CID10

T14.9 - Traumatismo não especificado

Conduta

Em observação

Dra. Isabela Dornelas
Cirurgiã Geral
CRM-PB 10620 CRM-PE 28585

Enfermeiro

ISABELA MARIA CANDIDA FERREIRA DORNELAS
(CRM: 10620/PB)

Boletim registrado por: JOSE MARCIO BATISTA DA SILVA em 20/12/2019 21:45:57





**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Senador Humberto Lucena



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SEGUE
o trabalho**

Endereço: RUA ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090
Tel: 32165700 - CNES: 2593262

Paciente RAMON BRITO DE SOUZA	BAE 1211882	Data/Hora Entrada 20/12/2019 21:45:15	Data Baixa
Data de nascimento 24/09/1980	Idade 39a 2m 27d	Sexo Masculino	Telefone de Contato (83) 999014018
Mãe MARIA EUNICE DE BRITO		CNS	Prontuário
Endereço MARCIA TAVARES, 178	Bairro JARDIM CAMBOINHA	Município CABEDELO	UF PB
Acidente MOTO X PEDESTRE	Motivo ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Profissional FRANCISCO TULIO DE OLIVEIRA CARVALHO	Nº Cons. Regional 8554/PB
Data/Hora Classificação 20/12/2019 21:45:15		Data/Hora Prescrição 21/12/2019 01:00:01	

ANAMNESE

ORTOPEDIA PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO QUEIXANDO DE DOR E EDEMA EM OMBRO ESQUERDO AO EXAME EDEMA IMPORTANTE EM REGIAO DE OMBRO ESQUERDO NEURO VASCULAR PRESERVADO AO EXAME RX FRATURA DE CLAVICULA HD FRATURA DE CLAVICULA ESQUERDA (RISCO DE EXPOSIÇÃO) CD INTERNAMENTO HOSPITALAR + TRATAMENTO CIRURGICO

DIETA

DIETA LIVRE, VIA ORAL

MEDICAÇÃO

AGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., 6/6H

Diluir

DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML), DILUIR 2,0 ML

AGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., 8/8H

Diluir

ONDANSETRONA 8MG/4ML (AMPOLA 4ML), ADMINISTRAR 4,0 ML VIA E.V., 8/8H

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 500ML), ADMINISTRAR 2000,0 ML VIA E.V., 24H

OMEPRAZOL 20MG CÁPSULA, ADMINISTRAR 20,0 MG VIA ORAL, 1X AO DIA, (OBSERVAÇÕES: PELA MANHA, EM JEJUM)

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 100ML), ADMINISTRAR 100,0 ML VIA E.V., 8/8H

Diluir

TRAMADOL 50MG /ML INJETAVEL (AMPOLA 2ML), ADMINISTRAR 2,0 ML VIA E.V., 8/8H

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 100ML), ADMINISTRAR 100,0 ML VIA E.V., 12/12H

Diluir

CETOPROFENO 100 MG (FRASCO/AMPOLA), ADMINISTRAR 100,0 MG VIA E.V., 12/12H

CAPTAPRIL 25 MG COMPRIMIDO, ADMINISTRAR 25,0 MG VIA ORAL, ACM, SE NECESSÁRIO SE PAS > 160 OU PAD > 110 (DOSE MÁXIMA DIÁRIA: 50,0) (OBSERVAÇÕES: SE PAS > 160 OU PAD > 110)

GLICOSE 50% (AMPOLA) - SOLÚVEL, ADMINISTRAR 30,0 ML VIA E.V., ACM, SE NECESSÁRIO SE HGT<60 (DOSE MÁXIMA DIÁRIA: 30,0) (OBSERVAÇÕES: SE HGT<60)

CUIDADOS

CURATIVO, (OBSERVAÇÕES: DIÁRIO)

HGT 6/6HS

FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIO E MOTORA

INSULINA REGULAR CONFORME HGT, (OBSERVAÇÕES: E PROTOCOLO HOSPITALAR)

SSVV + CCGG

EXAME LABORATORIAL

COAGULOGRAMA COMPLETO

CREATININA

GLICOSE

HEMOGRAMA COMPLETO

TGO (ASPARTATO AMINOTRANFERASE/AST)

TGP (ALANINA AMINOTRANFERASE/ALT)

IONOGRAMA

UREIA

Dr. Túlio Carvalho
Ortopedia / Traumatologia
CREMEP 28053
20 DEZ 2019





**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Senador Humberto Lucena



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SEGUE
o trabalho**

Endereço: RUA ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090
Tel: 32165700 - CNES: 2593262

Paciente	BAE	Data/Hora Entrada	Data Baixa
RAMON BRITO DE SOUZA	1211882	20/12/2019 21:45:15	
Data de nascimento	Idade	Sexo	Telefone de Contato
24/09/1980	39a 2m 27d	Masculino	(83) 999014018
Mãe		CNS	Prontuário
MARIA EUNICE DE BRITO			
Endereço	Bairro	Município	UF
MARCIA TAVARES, 178	JARDIM CAMBOINHA	CABEDELO	PB
Acidente	Motivo	Profissional	Nº Cons. Regional
MOTO X PEDESTRE	ACIDENTE DE MOTOCICLETA	FRANCISCO TULIO DE OLIVEIRA CARVALHO	8554/PB
Data/Hora Classificação		Data/Hora Prescrição	
20/12/2019 21:45:15		21/12/2019 00:45:29	

ANAMNESE

ORTOPEDIA PACIENTE VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO QUEIXANDO DE DOR E EDEMA EM OMBRO ESQUERDO AO EXAME EDEMA IMPORTANTE EM REGIAO DE OMBRO ESQUERDO NEURO VASCULAR PRESERVADO AO EXAME RX FRATURA DE CLAVICULA HD FRATURA DE CLAVICULA ESQUERDA (RISCO DE EXPOSIÇÃO) CD INTERNAMENTO HOSPITALAR + TRATAMENTO CIRURGICO

Conduta

Internar Paciente

Enfermeiro

Dr. Tullio Carvalho
Ortopedia / Traumatologia
CREMEPE 28053

20 DEZ. 2019

FRANCISCO TULIO DE OLIVEIRA CARVALHO
(CRM: 8554/PB)

Boletim registrado por: JOSE MARCIO BATISTA DA SILVA em 20/12/2019 21:45:57



Conduta

Internar Paciente

Enfermeiro

FRANCISCO TULIO DE OLIVEIRA CARVALHO
(CRM: 8554/PB)

Dr. Túlio Carvalho
Ortopedia / Traumatologia
CREMEP: 28053
20 DEZ. 2019

Boletim registrado por: JOSE MARCIO BATISTA DA SILVA em 20/12/2019 21:45:57



Endereço: ROD. GOV. MARIO COVAS, 1782, SANTA RITA, SANTA RITA - PB, 0
Tel: - CNES: 9467718

Impresso por: RAFAEL DE SOUZA ANDRADE
Em: 22/12/2019 18:41:54

Nome RAMON BRITO DE SOUZA	Boletim de Atendimento 41297	Data/Hora Entrada 22/12/2019 17:59:11	Data/Hora Saída
Data de nascimento 24/09/1980	Idade 39	Sexo Masculino	CNS 898001927489158
Tempo de Internação 4min	Convênio SUS	Plantão DIURNO	Prontuário 21072
Data de Entrada 22/12/2019 17:59:11	Data Internação 22/12/2019 18:37:28	Permanência na Unidade: 42min	Permanência no Leito: 4min

EVOLUÇÃO MÉDICA (RAFAEL DE SOUZA ANDRADE - 22/12/2019 18:41:50)

EVOLUÇÃO

DIAGNÓSTICO:

-Fratura de clavícula direita no dia 20/12/19 após acidente moto versus pedestre.

RESUMO DE INTERNAÇÃO:

Transferido do HTOP após pane elétrica no hospital. Aguarda procedimento cirúrgico ortopédico.

VENTILAÇÃO MECÂNICA

INVASIVA: Não

NÃO INVASIVA: Não

AR AMBIENTE: Não

AO EXAME

EXAME FÍSICO:


bom estado geral, corado, hidratado, eupnêico. Desvio e abaulamento em região de clavícula esquerda.

CONDUTA MÉDICA:

- mantenho analgesia de horário;
- aguardo procedimento cirúrgico ortopédico.

Seção: URPA Leito: LEITO URPA 02

Profissional responsável pela informação: RAFAEL DE SOUZA ANDRADE


Rafael de Souza Andrade
Neurologista
CRM-PB: 7398 / CREMEPE: 15169
CNS: 980016207699014
Número Conselho: 7398



23/12/2019

192.168.200.15:8080/vital/pages/atendimento.do?&perform=imprimir&controle=2&id=41133&dataInicial=23/12/2019 15:08:30&dat...



Endereço: ROD. GOV. MARIO COVAS, 1782, SANTA RITA, SANTA RITA - PB, 0
Tel.: - CNES: 9467718

Impresso por: PAULO ANTONIO FARIAS LUCENA
Em: 23/12/2019 15:08:34

Nome RAMON BRITO DE SOUZA	Boletim de Atendimento 41297	Data/Hora Entrada 22/12/2019 17:59:11	Data/Hora Saída
Data de nascimento 24/09/1980	Idade 39	Sexo Masculino	Prontuário 21072
Tempo de Internação 20h 31min	Convênio SUS	Plantão DIURNO	
Data de Entrada 22/12/2019 17:59:11	Data Internação 22/12/2019 18:37:28	Permanência na Unidade: 21h 9min	Permanência no Leito: 16h 53min

EVOLUÇÃO MÉDICA (PAULO ANTONIO FARIAS LUCENA - 23/12/2019 15:08:30)

EVOLUÇÃO

INTERCORRÊNCIAS:

NEUROLOGIA

PACIENTE SENDO EVOLUIDO PELA NEUROLOGIA, DEVIDO QUADRO DE TRANSFERÊNCIA DE OUTRO SERVIÇO EM CARÁTER DE URGÊNCIA ONTEM

NO MOMENTO COM ESTADO GERAL BOM, L.O.T.E., QUEIXANDO DE DOR NO ACESSO VENOSO PERIFÉRICO DURANTE INFUSÃO DE MEDICAÇÕES .
SEM OUTRAS ALTERAÇÕES.

CONDUTA:

ANALGESIA
HIDRATAÇÃO

VENTILAÇÃO MECÂNICA

INVASIVA: Não

NÃO INVASIVA: Não

AR AMBIENTE: Não

Seção: OBSERVAÇÃO CATETERISMO Leito: LEITO CATE-03
Profissional responsável pela informação: PAULO ANTONIO FARIAS LUCENA

Número Conselho: 6400

Dr. Paulo A. F. Lucena
NEUROLOGISTA
CRM-PB 6400
CREME-PE 15.279

2012/11 Paulo Roberto da Silva Rolim, em um outro caso
de HTA

Dr. Ramon B. A. Sousa
ORTOPEDIA / TRAUMATOLOGIA
CRM-PB 9432

Obs: Paciente evolui com consciência, orientado
com sistema de estímulos E, segue
medicação com e sem efeitos.

Valor 430.670.

2.168.200.15:8080/vital/pages/atendimento.do?&perform=imprimir&controle=2&id=41133&dataInicial=23/12/2019 15:08:30&dataFinal=23/12/2019 15:08:30 1/1



Assinado eletronicamente por: PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM - 27/09/2020 17:44:56

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092717445585600000033261785

Número do documento: 20092717445585600000033261785

RELATÓRIO DE CIRURGIA

NOME: RAMOM BRITO DE SOUZA BE/PRONTUÁRIO 1211882
IDADE: 39 SEXO: MASC COR: DATA: 26/12/2019
CLÍNICA /SETOR: ORTOPEDIA
CIRURGIA: TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DE CLAVÍCULA ESQUERDA
CIRURGIÃO: DR BRENO 1º ASS: DR LAURI
2º ASS: MR2 JOERGE 3º ASS:
INSTRUMENTADOR: ANESTESISTA: DRA . R
TIPO DE ANESTESIA: BLOQUEIO HORÁRIO INÍCIO: TÉRMINO:

DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO	CID
FRATURA DE CLAVÍCULA ESQUERDA	

PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS	CÓDIGO
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DE CLAVÍCULA	

ACIDENTE DURANTE ATO CIRÚRGICO:

DESCRIÇÃO:

BIÓPSIA DE CONGELAÇÃO:

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE APÓS ATO CIRÚRGICO:

☒

ENFERMARIA

TERAPIA INTENSIVA

☐ RESIDÊNCIA

ÓBITO DURANTE ATO CIRÚRGICO

MÉDICO/CRM:

Lauri F. P. Junior
Ortopedista Traumatologista
CRM 69.575-1/SP - 13639

DATA: 26/12/2019

RELATÓRIO DE CIRURGIA

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Posição e Preparo:

PACIENTE EM "CADEIRA DE PRAIA" SOB ANESTESIA

ASSEPSIA E ANTISSEPSIA

APOSIÇÃO DE CAMPOS CIRÚRGICOS

ANTIBIÓTICOPROFILAXIA

Incisão:

INCISÃO SOBRE A CLAVÍCULA ESQUERDA

DISSECÇÃO POR PLANOS

CUIDADOS COM HEMOSTASIA

Achados:

FRATURA DE CLAVÍCULA ESQUERDA

Conduta:

REDUÇÃO DIRETA DA FRATURA

FIXAÇÃO COM FIO K INTRAMEDULAR

USADA FLUOROSCOPIA DURANTE PROCEDIMENTO

LIMPEZA COM SORO FISIOLÓGICO

Fechamento:

SUTURA POR PLANOS

CURATIVOS ESTÉREIS

Observação:

TIPOIA

RAIO-X DE CONTROLE

Laurício S. Junior
Ortopedia/Traumatologia
26/12/2019 - 13:20

Médico/CRM:

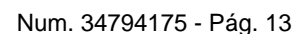
João Pessoa,

26/12/2019



תשס"ד

RODOLFO MA A VINES
COREA 300543





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 03004.01.2020.1.00.401



CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 03004.01.2020.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 09:53 horas do dia 19 de março de 2020, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvêa Neiva, matrícula 1560913, e lavrado por José Rodrigues da Silva Junior, Agente de Investigação, matrícula 1550888, ao final assinado, compareceu **Ramon Brito de Souza**, CPF nº 036.518.174-90, nacionalidade brasileira, estado civil casado(a), identidade de gênero masculino, profissão Vigilante, filho(a) de Maria Eunice de Brito e Ednaldo Leocadio de Souza, natural de Cabedelo/PB, nascido(a) em 24/09/1980 (39 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Marcia Travassos, Nº 178, bairro Jardim Camboinha, tendo como ponto de referência Casa, na cidade de Cabedelo/PB, telefone(s) para contato (83) 98626-5371.

Dados do(s) Fatos:

Local: Rua Rosa Lima dos Santos, Xx, João Pessoa/PB, bairro Bancários; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 20/12/19 20:50h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO**.


E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE NO DIA 20/12/2019, POR VOLTA DAS 20:50, ESTAVA CONDUZINDO A MOTOCICLETA HONDA START DE COR PRETA, ANO 2018, PLACA QSC-1449/PB, CHASSI 9C2KC2500JR143307, NA RUA ROSA LIMA DOS SANTOS, BANCÁRIOS, NESTA CAPITAL, QUANDO BATEU EM UM TRANSEUNTE QUE ATRAVESSOU A PISTA EM SUA FRENTE FORA DA FAIXA DE PEDESTRES; QUE FOI SOCORRIDO POR UMA AMBULÂNCIA DO SAMU AO HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA FRATURA DA CLAVÍCULA ESQUERDA, SENDO REALIZADO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO, CONFORME LAUDO MÉDICO EXPEDIDO PELO DR. EWERTON NORONHA TEIXEIRA.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, excepo a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 19 de março de 2020.


JOSÉ RODRIGUES DA SILVA JUNIOR
Agente de Investigação


RAMON BRITO DE SOUZA
Noticiante

Procedimento Policial: 03004.01.2020.1.00.401



03/07/2020

SINISTRO 3200143807 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA RAMON BRITO DE SOUZA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev

Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO RAMON BRITO DE SOUZA

CPF/CNPJ: 03651817490

Posição em 03-07-2020 11:46:12

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
17/04/2020	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

<https://www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Acompanhe-o-Processo>

1/1

Digitalizada com CamScanner



Assinado eletronicamente por: PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM - 27/09/2020 17:44:57
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20092717445706600000033261788>
Número do documento: 20092717445706600000033261788

Num. 34794178 - Pág. 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

COMARCA DE JOÃO PESSOA

JUÍZO DA 6ª VARA CÍVEL

FÓRUM CÍVEL DES. MARIO MOACYR PORTO

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, JAGUARIBE, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Email: jpa-vciv06@tjpb.jus.br

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) [Seguro]

PROCESSO: 0847896-28.2020.8.15.2001

AUTOR: RAMON BRITO DE SOUZA

REU: MAPFRE

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro o pedido de gratuidade da justiça, com fundamento na alegação de insuficiência de recursos para pagar as despesas processuais/custas, constante da petição inicial, nos termos do que dispõem os arts. 98 e 99, § 3º, do CPC/2015.

Como é cediço, o art. 334 do CPC/2015 estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.



Em que pese o texto legal, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a experiência prática demonstra que nas ações em que se busca o pagamento do seguro obrigatório DPVAT, como é o caso, tentativas de acordo somente são viabilizadas em momento processual posterior a realização de prova pericial para apuração da debilidade alegada pelo Autor, razão pela qual torna-se infrutífera a designação de sessão para tentativa conciliatória.

Dessa forma, **deixo de agendar audiência de conciliação**, sem prejuízo de outras tentativas conciliatórias que possam ocorrer no curso do processo.

Assim, **cite-se** a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344 do CPC/2015.

Contestada a ação, **intime-se** a parte Promovente para, em 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação, nos termos do art. 351 do CPC/2015.

Por fim, considerando que no caso em apreço é necessária a realização de prova pericial, **NOMEIO** como perita a médica Dra. **ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA**, com endereço **na Rua Silvio Almeida, nº. 725, Bairro expedicionários (ponto Cardio)**, Fone 83-3223-4090, CEP: 58041-020, João Pessoa/PB; telefone 98765-6296.

Como honorários periciais fixo o valor de **R\$ 200,00** (duzentos reais), conforme termos do Convênio nº 015/2014, firmado entre a Seguradora Líder e o TJ/PB.

Intime-se a seguradora para efetuar o pagamento dos honorários arbitrados.

Valendo-se este despacho como carta de intimação, **intime-se** a perita nomeada para, no prazo de 10 (dez) dias, dizer se aceita o encargo, bem como para informar a este Juízo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, data, horário e lugar para a realização da perícia.

Fica desde já determinada a intimação das partes e de seus advogados para comparecerem no dia, hora e local indicados pelo *expert* para a realização da perícia. **Intime-se o(a) Autor(a) pessoalmente e por meio de advogado, advertindo-os que a ausência na perícia poderá ensejar a ocorrência de preclusão e, conseqüentemente, no julgamento do feito com as provas que constam nos autos.**

Sendo o caso, encaminhem-se à perita cópia dos documentos necessários.

De logo, determino o prazo de até **15 (quinze) dias**, a contar da realização da perícia, para entrega do parecer técnico.



Cumpra-se na íntegra.

João Pessoa – PB, data e assinatura digitais.

Ana Amélia Andrade Alecrim Câmara

Juíza de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
6ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número	do	Processo:	0847896-28.2020.8.15.2001
Classe:	PROCEDIMENTO	COMUM	CÍVEL (7)
Assunto:			[Seguro]
Polo ativo:	AUTOR:	RAMON BRITO	DE SOUZA
Polo passivo: REU: MAPFRE			

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do Art. 93, inciso XIV da Constituição Federal, bem como atendendo aos preceitos positivados no Art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração; **Considerando** que em face da pandemia do Coronavírus (Covid-19), enquadrada como "gravíssima questão de Ordem Pública", não foi possível a realização de perícias médicas na data aprazada (março/2020), **intimem-se às partes para cientificação de realização de perícia em sala situada no térreo do Fórum Cível, localizado na Rua João Machado, nesta Capital, pela perita Dra. ROSSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA, CRM/PB 4183, agendada para o dia 10 de dezembro de 2020, a partir das 13hs:00min., (Ordem de chegada).** O autor deverá comparecer munido de documento pessoal com foto, cópia do boletim de ocorrência policial e do atendimento médico realizado no dia do acidente, além de outros documentos que tiver em seu poder, advertindo-o que deverá arcar com os ônus de eventual ausência ao exame pericial, e, conseqüentemente no julgamento da lide no estado em que se encontra.

JOÃO PESSOA, 21 de outubro de 2020

IZAURA GONCALVES DE LIRA

Chefe de Cartório



6ª Vara Cível da Capital
AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520
JOÃO PESSOA

0847896-28.2020.8.15.2001 [Seguro]

Nome: RAMON BRITO DE SOUZA

Endereço: Rua Marcia Travassos, n 178, Casa, Jardim Camboinha, CABEDELO - PB - CEP: 58103-718

Nome: MAPFRE

Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, n 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, **INTIME-SE** a parte **RAMON BRITO DE SOUZA**, no **Endereço: Rua Marcia Travassos, n 178, Casa, Jardim Camboinha, CABEDELO - PB - CEP: 58103-718**, para **cientificação de realização de perícia** em sala situada no térreo do Fórum Cível, localizado na Rua João Machado, nesta Capital, pela perita **Dra. ROSSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA, CRM/PB 4183**, agendada para o dia **10 de dezembro de 2020**, a partir das **13hs:00min., (Ordem de chegada)**. O autor deverá comparecer munido de documento pessoal com foto, cópia do boletim de ocorrência policial e do atendimento médico realizado no dia do acidente, além de outros documentos que tiver em seu poder, advertindo-o que deverá arcar com os ônus de eventual ausência ao exame pericial, e, conseqüentemente no julgamento da lide no estado em que se encontra.

JOÃO PESSOA, em 28 de outubro de 2020

De ordem, TAMARA GOMES CIRILO

Analista/Técnico Judiciário

Poder Judiciário da Paraíba
6ª Vara Cível da Capital
AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520
JOÃO PESSOA

Nº do processo: 0847896-28.2020.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [Seguro]

MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO

O MM. Juiz de Direito da 6ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, CITE a parte **MAPFRE**, no Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, n 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000, para querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344 do CPC/2015. INTIME-SE, ainda, **para cientificação de realização de perícia** em sala situada no térreo do Fórum Cível, localizado na Rua João Machado, nesta Capital, pela perita Dra. ROSSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA, CRM/PB 4183, agendada para o dia 10 de dezembro de 2020, a partir das 13hs:00min.

JOÃO PESSOA, em 28 de outubro de 2020.

De ordem, TAMARA GOMES CIRILO
Servidora

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

20092717445372300000033261780

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que CITEI E INTIMEI a parte ré, MAFRE, na pessoa de seu funcionario o Sr.LUCAS S. ESPINOLA, que ficou de tudo bem ciente de todo conteudo tudo conforme nota de ciente e recebimento da cópia do mandado digitalizada e assinado em anexo. Dou fé.

João Pessoa, 28 de outubro de 2020

JOSE CLEIDOMAR MENDES

Successfully created

Poder Judiciário da Paraíba
6ª Vara Cível da Capital
AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520
JOÃO PESSOA

Nº do processo: 0847896-28.2020.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [Seguro]

MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO

O MM. Juiz de Direito da 6ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, CITE a parte **MAPFRE**, no Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, n 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000, para querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344 do CPC/2015. INTIME-SE, ainda, para cientificação de realização de perícia em sala situada no térreo do Fórum Cível, localizado na Rua João Machado, nesta Capital, pela perita Dra. ROSSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA, CRM/PB 4183, agendada para o dia 10 de dezembro de 2020, a partir das 13hs:00min.

JOÃO PESSOA, em 28 de outubro de 2020.

De ordem, TAMARA GOMES CIRILO
Servidora

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

20092717445372300000033261780



Assinado eletronicamente por: TAMARA GOMES CIRILO

28/10/2020 07:32:20

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 35997438



20102807322031300000034376456

imprimir

MAPFRE SEGUROS
Lucas S. Espínola
Assistente Comercial

[Handwritten signature]
28/10/2020

CERTIDÃO

Certifico, que em cumprimento ao mandado retro, nesta data, dirigi-me ao endereço indicado, ai estando, após cumprir as formalidades legais, pelas 10:00 horas, INTIMEI da perícia, o promovente Ramon Brito de Souza, o qual após haver lido o mandado, o mesmo exarou sua nota de ciência e aceitou a contrafé que lhe ofereci. O referido é verdade dou fé.

Cabedelo, 03 de novembro de 2020.

VALMIR CARNEIRO ARAUJO



6ª Vara Cível da Capital
AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520
JOÃO PESSOA

0847896-28.2020.8.15.2001 [Seguro]

Nome: RAMON BRITO DE SOUZA

Endereço: Rua Marcia Travassos, n 178, Casa, Jardim Camboinha, CABEDELO - PB - CEP: 58103-718

Nome: MAPFRE

Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, n 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58030-000

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível da Capital manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, INTIME-SE a parte RAMON BRITO DE SOUZA, no Endereço: Rua Marcia Travassos, n 178, Casa, Jardim Camboinha, CABEDELO - PB - CEP: 58103-718, para cientificação de realização de perícia em sala situada no térreo do Fórum Cível, localizado na Rua João Machado, nesta Capital, pela perita Dra. ROSSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA, CRM/PB 4183, agendada para o dia 10 de dezembro de 2020, a partir das 13hs:00min., (Ordem de chegada). O autor deverá comparecer munido de documento pessoal com foto, cópia do boletim de ocorrência policial e do atendimento médico realizado no dia do acidente, além de outros documentos que tiver em seu poder, advertindo-o que deverá arcar com os ônus de eventual ausência ao exame pericial, e, consequentemente no julgamento da lide no estado em que se encontra.

JOÃO PESSOA, em 28 de outubro de 2020

De ordem, TAMARA GOMES CIRILO

Analista/Técnico Judiciário



Assinado eletronicamente por: TAMARA GOMES CIRILO

28/10/2020 07:24:09

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 35997430

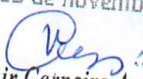


Ramon Brito de Souza

CERTIDÃO

Certifico, que em cumprimento ao mandado retro, nesta data, dirigi-me ao endereço indicado, aí estando, após cumprir as formalidades legais, pelas 10:00 horas, INTIMEI da perícia, o promovente Ramon Brito de Souza, o qual após haver lido o mandado, o mesmo exarou sua nota de ciência e aceitou a contrafé que lhe ofereci. O referido é verdade dou fé.

Cabedelo, 03 de novembro de 2020.


Valmir Carneiro Araújo
Oficial de Justiça
Mat. 83.871-3